

**DESAFIOS À ANÁLISE  
DO ESPAÇO URBANO:  
INTERPRETANDO  
TEXTOS MARGINAIS DO  
DISCURSO GEOGRÁFICO**

*CHALLENGES TO THE ANALYSIS  
OF URBAN SPACE:  
INTERPRETING MARGINAL TEXTS  
OF GEOGRAPHICAL DISCOURSE*

*DESAFÍOS PARA LA ANÁLISIS  
DEL ESPACIO URBANO:  
INTERPRETANDO TEXTOS  
MARGINALES EN EL DISCURSO  
GEOGRÁFICO*

**ALMIR NABOZNY**  
almirnabozny@yahoo.com.br

**JOSELI MARIA SILVA**  
joselisilva@uol.com.br

**MARCIO JOSÉ ORNAT**  
marciornat@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
PONTA GROSSA - **UEPG**

\* Pesquisadores do Grupo de Estudos  
Territoriais (GETE)

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo apresentar os desafios teórico-metodológicos enfrentados pelo Grupo de Estudos Territoriais no desenvolvimento de pesquisas atreladas às relações entre sexualidade e espaço urbano. Primeiramente, apresentamos o posicionamento teórico do grupo fundamentado na perspectiva da nova geografia cultural, o qual entende que os sujeitos criam interpretações espaciais plurais e isso permite uma pluriversalidade da realidade estudada. Num segundo momento, evidenciamos, através dos relatos de nossa trajetória de pesquisa, uma reflexão sobre a posicionalidade do sujeito pesquisador no processo de construção do conhecimento geográfico.

**Palavras – chave:** espaço urbano, intertextualidades, posicionalidade do pesquisador.

**Abstract:** This article has the objective of presenting the methodological and theoretical challenges faced by the Grupo de Estudos Territoriais (GETE – group of territorial studies) in the development of researches related to sexuality and urban space. A presentation of the theoretical position of the Group, that is based on the new cultural geography. In this perspective the subjects create plural spacial interpretations what allows a pluriversity of the studied reality. After, from relates in our research trajectory, a reflection about the positionality of the researcher subject in the process of geographical knowledge construction.

**Key Words:** urban space, intertextuality, researcher positionality.

**Resumen:** Este trabajo tiene por objetivo presentar los desafios teórico-metodológicos del Grupo de Estudos Territoriais (GETE – grupo de estudios territoriales) en el desarrollo de investigaciones relacionadas a la sexualidad y el espacio urbano. En un primer momento, se presenta la postura teórica del grupo, apoyada en la perspectiva de la nueva geografía cultural. La misma entiende que los sujetos crean interpretaciones espaciales múltiples y eso permite una pluriversalidad de la realidad estudiada. Luego se evidencian los relatos de nuestra historia de investigación. Una reflexión sobre la posicionalidad del sujeto investigador en el proceso de construcción del conocimiento geográfico.

**Palabras - clave:** espacio urbano, intertextualidades, posicionalidades del investigador.

## **Introdução**

Este texto é fruto das reflexões em torno dos desafios teórico-metodológicos enfrentados pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE) em mais de um ano de condução de pesquisas originadas através da parceria estabelecida com a Organização Não Governamental Renascer, em Ponta Grossa – PR. Esta instituição atua na luta pelos direitos humanos e realiza ações para combater e prevenir doenças sexualmente transmissíveis junto às profissionais do sexo, gays, lésbicas, travestis, bissexuais e transexuais. Dentre as várias atividades desenvolvidas na parceria efetivada, foram viabilizadas três investigações que sustentam os argumentos aqui apresentados. Embora cada uma destas pesquisas seja guiada por objetivos específicos, elas se desenvolvem de maneira articulada e, em vários momentos se sobrepõem, o que tem possibilitado ao grupo de pesquisadores o debate e a análise crítica de vários procedimentos investigativos.

Dois aspectos comuns das investigações se destacam. Um deles é a abordagem da sexualidade interdita e sua dimensão espacial e o outro é a exploração de grupos sociais inexpressivos no campo de interesse da pesquisa geográfica brasileira como as meninas prostituídas e os transgêneros. Essa opção nos levou ao desafio de construir a visibilidade de suas experiências espaciais no campo científico da geografia. Entretanto, nossas construções metodológicas, até então calcadas no apego à dimensão material do fenômeno e aos procedimentos formais da pesquisa documental, foram insuficientes para compreender fenômenos marginais e complexos que as pesquisas abordavam. Sendo assim, este texto explora as escolhas do arcabouço analítico da ciência geográfica que puderam produzir a visibilidade científica dos fenômenos explorados e por nós intencionada.

## **A pluriversalidade da cidade texto**

A nova geografia cultural e seus desdobramentos constituem possibilidades ilimitadas para a criatividade dos geógrafos (as) no desenvolvimento de suas análises espaciais. Corrêa (2003), ao analisar a compreensão da cultura e o espaço, alerta que a geografia contempla tanto os componentes materiais como sociais, intelectuais e simbólicos.

Os elementos visíveis e a materialidade das formas espaciais foram, durante muito tempo, privilegiados pelos geógrafos, enfatizando técnicas que os homens utilizavam para dominar o meio e concebendo a paisagem como produto desta relação, tal qual Sauer (1996). A ênfase aos elementos materiais da paisagem privilegiava os objetos de estudo que apresentavam maior visibilidade, cuja diferença estava nítida, palpável, e tal ênfase relegou a um segundo plano outras dimensões sociais e psicológicas da existência humana que, por sua vez, também determinam a materialidade.

A intensiva abordagem de objetos em que a diferença estava materialmente visível limitou o campo de estudo da geografia do mundo contemporâneo durante muito tempo, já que as paisagens tornaram-se mais uniformes, e as sociedades fechadas e homogêneas

internamente, mais raras. Entre as muitas questões que emergem de tal perspectiva de pesquisa, uma delas diz respeito à impossibilidade da geografia explorar a sociedade complexa da qual fazemos parte e encontrar as diferenças em espaços que, aparentemente, são repetitivos.

Outras críticas às concepções de Sauer e seus seguidores estavam centradas na importância secundária do sujeito na construção dos significados da paisagem e a negligência do homem como ser ativo na construção simbólica como em Cosgrove (1998) e em Berque (1998). Contudo, é a contribuição de James Duncan (1990), em sua obra “The city as text”, que gostaríamos de destacar como fundamental inspiração para dar continuidade às nossas proposições teóricas e metodológicas.

A paisagem de Duncan (1990) faz referências para muito além da materialidade. Ele a considera como um sistema de significados que, tal qual a linguagem expressa em texto, a paisagem é depositária e transmissora de informações. A “paisagem/texto” é um discurso, uma estrutura social de inteligibilidade dentro da qual todas as práticas são comunicadas, negociadas e desafiadas. Assim, os discursos estão sempre permitindo recursos e limites dentro de certas direções de pensamentos e ações que “aparentemente” são naturais. A pretensa naturalidade da ordem do mundo e, portanto, da dimensão espacial da sociedade, para James Duncan, é resultante de vários embates e lutas entre os grupos sociais.

As interpretações das informações dependem dos sujeitos que atuam no processo de recepção e interiorização da informação que, por sua vez, é determinado e determinante dos valores culturais. Duncan (1990) nos oferece a compreensão de uma trama de relações em vários sentidos na análise da paisagem e privilegia o ato criativo dos sujeitos sociais através de sua leitura e interpretação, evidenciando tanto as interações entre diversos grupos, quanto a grande dificuldade de interação interpretativa da paisagem entre grupos que não participavam dos mesmos códigos culturais. Esse autor cria uma abordagem política da paisagem e afirma que esta deve servir como parte constitutiva da análise de como a vida social é organizada e de como as relações de força que a compõem são constituídas, reproduzidas e contestadas.

Importante, ao nosso ver, é o conceito de “intertextualidade” que denota as inter-relações de textos que se entrecruzam, instituintes e instituídos da “cidade texto”. Além disso, para o propósito desse trabalho, é fundamental evidenciar as condições gerais de produção do texto/paisagem hegemônicas e como eles se impregnam de forma naturalizada na sociedade.

Assim, a cidade texto de James Duncan (1990) define-se numa dinâmica relacional e processual entre sistema de significados e práticas que se transformam mutuamente ao longo do tempo. Os seres humanos são tanto agentes de mudança social e, portanto, espacial, quanto seus produtos. Ao considerar o aspecto da intertextualidade, o autor incorpora a construção de diferentes significados de um mesmo objeto, assim como apresenta seus contrastes e assimilações e, além disso, admite que há uma conjugação

de forças que age sobre a produção simbólica do espaço, considerada enquanto forma de conhecimento que orienta as ações cotidianas.

A geografia proposta por Duncan (1990) e seus pares da Nova Geografia Cultural é uma abordagem aberta aos paradoxos, à pluralidade e, em certa medida, provoca a ‘desordem’ do discurso geográfico calcado na objetividade material do espaço e nas interpretações hegemônicas. O rico contexto de efervescência imaginativa da Nova Geografia Cultural potencializou as produções geográficas feministas que emergem a partir de ‘fissuras’ do pensamento hegemônico desde a década de 70. Mas é no contexto recente, a partir dos anos 90, que esta corrente ‘científico-política’ realiza importantes críticas à postura repetitiva da geografia, enquanto disciplina acadêmica, sua instrumentalização na manutenção e reprodução do poder e invisibilidade de vários grupos que compõem o espaço.

A obra do geógrafo James Duncan (1990), “The city as text”, é forte inspiração para nossas pesquisas, pois na medida em que a cidade é um texto, produzido por ‘intertextualidades’, podemos tornar visíveis outros textos que não sejam hegemônicos, produzindo, através do trabalho científico a visibilidade de grupos tradicionalmente inexpressivos na geografia. Nesta perspectiva adotamos o argumento de que

não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. É essa distribuição que é preciso recompor, com o que admite em coisas ditas e ocultas, em enunciações exigidas e interditas; com o que supõe de variantes e de efeitos diferentes segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se encontra; com o que comporta de deslocamentos e de reutilizações de fórmulas idênticas para objetivos opostos. Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. (FOUCAULT, 1988, p. 111)

Nesse mesmo sentido, a geógrafa Gillian Rose (1993), em *Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge*, constrói a perspectiva do ‘espaço paradoxal’ na qual chama a atenção às configurações de poder que se estabelecem entre o centro e a margem da configuração, assim como a plurilocalização dos (as) sujeitos (as). Para esta autora há uma simultaneidade entre poder e resistência na composição espacial. Assim, é preciso compreender tanto o que é ‘visível’ quanto o que é ‘invisível’ já que ambos fazem parte da mesma realidade espacial que é contraditória e complementar simultaneamente.

Duncan (1990), por sua vez, ao demonstrar que a paisagem da cidade de Kandy no Sri Lanka era interpretada e vivida de formas diferentes por vários grupos sociais, evidencia, magistralmente que é a condição paradoxal dos vários textos interseccionados

que possibilita a hegemonia. Afinal,

o discurso veicula e produz poder, reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras (FOUCAULT, 1988, p. 112).

Compreendendo a cidade como uma rica trama discursiva ou textual, para utilizar as palavras de James Duncan (1990), o Grupo de Estudos Territoriais tem optado por construir a visibilidade de textos que emergem das fissuras e interdições do poder hegemônico das instituições formais. Diante dessa configuração estabelecemos no grupo ampla discussão em torno da posicionalidade do pesquisador frente aos desafios metodológicos a serem desenvolvidos no processo de pesquisa que serão objeto da próxima seção.

### **A posicionalidade do pesquisador e a produção do conhecimento sobre o espaço urbano**

A geógrafa Rose (1997) tem chamado a atenção para as perspectivas de posicionalidade e reflexibilidade do (a) pesquisador (a) em relação à produção do conhecimento, pois os resultados das nossas investigações são obtidos pela influência de vários elementos interconectados. Ou seja, aquilo que obtemos como pesquisadores reflete complexas relações entre o sujeito investigador, os sujeitos investigados e o contexto de produção dos dados da pesquisa. Assim, não produzimos verdades sobre os fenômenos que analisamos, mas versões localizadas e é nesse sentido que emerge a importância da reflexão em torno daquilo que criamos e consideramos como dados de pesquisa.

Não podemos perder de vista, portanto, que o conhecimento sobre determinada realidade expressa versões parciais, já que os elementos envolvidos estão diferentemente posicionados em relação ao fenômeno e também possuem interesses próprios e pontos de vista diversos que são acionados na inevitável presença relacional entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado. A autora alerta que tudo que produzimos enquanto conhecimento geográfico, ou seja, aquilo que criamos através de nossas pesquisas, passa a fazer parte da realidade estudada assim como a realidade faz parte do conhecimento científico.

Desta forma uma investigação científica se dá num processo de conhecimento permeado por relações de poder que são produtos de posicionamentos que geram capacidades diferenciadas na produção de uma determinada versão da realidade e, nesse sentido, o próprio conhecimento também produz as hierarquias nas quais os sujeitos estão posicionados. Refletir sobre os atos investigativos na produção de versões da realidade, que também produzem a própria realidade, requer uma atitude ética e um claro

compromisso político na implicação de nossos resultados de pesquisa na realidade investigada, pois o imaginário mundo das idéias é real e o real é também imaginado.

As idéias discutidas por Gillian Rose em “Situating knowledges: positionality, reflexivity and other tactics” ultrapassam os meros posicionamentos metodológicos de construção do conhecimento científico, elas são argumentos firmes de que a realidade sócio-espacial também se constrói a partir das relações de poder que se fundam nos enunciados científicos e na posição de quem os pronuncia. Nesse sentido, é muito importante atentar para a versão da realidade que uma investigação se propõe a produzir e a partir de qual ponto de vista.

Partindo da idéia de que a realidade é pluriversal e que os saberes jogam num campo de forças no qual se produz o invisível, o indizível, o ausente e o silêncio, voltamos nossos olhares para os sujeitos silenciados, adotando uma postura desconstrucionista da ciência geográfica e passamos a questionar os conceitos que utilizávamos, assim como nossos procedimentos de pesquisa no contato direto com os grupos sociais focos de nossas investigações. Há um ano e meio realizamos um trabalho voluntário junto à Organização Não-Governamental Grupo Renascer, desenvolvendo atividades de visitas aos locais de prostituição, distribuição de preservativos, encaminhamentos de exames e orientações para evitar as doenças sexualmente transmissíveis. Durante essas atividades pudemos nos aproximar dos ‘outros’ que investigávamos e ouvir suas versões que, por sua vez, transformaram as nossas ‘versões científicas’.

### **Meninas que a sociedade torna mulheres e a infância negada**

Gostaríamos de resgatar, primeiramente, a experiência sobre a exploração sexual infanto-juvenil feminina produzida a partir do olhar que contrapõe versões sobre o fenômeno. Influenciados pelos procedimentos formais e pelo ‘status científico’ que possui a análise documental oficial e o levantamento das ações institucionais, passamos a explorar os vários órgãos que atuavam na coibição da prática sexual comercial com crianças, como o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares, a Vara da Infância e da Juventude e vários outros órgãos, todos pautados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Os contatos com estes diversos órgãos foram frustrantes para a equipe. Os responsáveis nos ouviam com atenção, animavam-se com nossa disposição de pesquisar sobre o tema, pois consideram-no de vital importância, mas, pouco ou quase nada conseguiam nos ajudar, sobretudo pela precariedade dos registros e ausência de dados sistematizados. O que mais nos impressiona é o fato de que todos afirmavam a existência do fenômeno, mas nenhum destes órgãos estava preparado para enfrentá-lo. Dentre todas as aproximações realizadas a experiência que nos despertou especial interesse foi a do Conselho Tutelar pela sua atuação direta com o grupo focal e pela reação contraditoriamente aversiva que as meninas prostituídas desenvolviam em relação a esse órgão, criado justamente para proteger seus direitos.

Os Conselhos Tutelares são responsáveis diretamente pelas denúncias de infrações aos direitos das crianças e adolescentes e a Vara da Infância e Juventude delibera as medidas judiciais cabíveis. O discurso do Estado torna-se nítido na ação que se desenvolve através da mobilização da força para traçar estratégias no combate à exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina. Uma das ações principais de coibição das práticas das meninas são as blitzes que ocorrem numa parceria entre o Conselho Tutelar e a Polícia Rodoviária Federal. A prática tem como referência fundamental a espacialidade fenomenal a partir de locais e horários já conhecidos da prostituição adulta, como rodovias, boates, locais públicos e bares. Acredita-se que nestes locais podem ser flagradas as meninas menores em situação de “prostituição”, juntamente com aliciadores, clientes ou facilitadores da exploração. Não há um controle sistemático no registro das ações por parte do Conselho Tutelar, as informações são de uma periodicidade mensal ou, algumas vezes, determinada pelo número acumulado de denúncias.

As práticas das blitzes têm registrado no Conselho Tutelar Oeste números inexpressivos. De fevereiro a setembro de 2003 foram realizadas oito operações, nas quais não houve nenhum caso registrado. No ano de 2004, há uma intervenção, em 14 de abril, resultando na presença de três adolescentes em local indevido. Uma menina de dezessete anos encontrada em uma boate e um menino de quinze anos em outra. Além destes, há o registro de uma menor de dezesseis anos num posto de gasolina. Todos estes casos envolvem estabelecimentos localizados na Rodovia BR 373. Em 2005, há registro de três blitzes. Uma em 17 de maio em que foi verificada a presença de uma adolescente de quatorze anos em frente a um antigo posto de gasolina. No dia seguinte foram localizados dois meninos de quinze e treze anos, respectivamente, cuidando de carros no pátio de uma churrascaria próxima a Br 373. A última blitz registrada em 2005 ocorreu em 12 de outubro e não houve autuações. Portanto, num total de doze intervenções do Estado foram encontrados seis menores de idade em locais e horários impróprios.

A exploração dos arquivos e registros existentes nestes órgãos evidenciou que os procedimentos realizados pelos órgãos competentes de Estado apresentam debilidades na atuação de combate à exploração sexual comercial infanto-juvenil, já que promovem a invisibilidade de um fenômeno presente na sociedade. A prática da blitz realizada pela parceria entre o Conselho e a Polícia tem apresentado números inexpressivos da atividade em tela. O enquadramento do caso torna-se difícil já que, geralmente, há negação por parte da menina menor de estar sendo prostituída. Além disso, a dificuldade torna-se ainda maior pelo fato de que é pouco provável a ocorrência de um flagrante do programa que ocorre entre as meninas e o cliente. Nesse sentido, os registros são enquadrados como “menores encontradas em locais e horários impróprios”.

A invisibilidade é também promovida pela forma de registro que o Conselho Tutelar Oeste tem desenvolvido. Nos itens de possíveis enquadramentos não se contempla a exploração sexual comercial ou crianças prostituídas, por exemplo. Os itens de enquadramento possíveis são: a violência sexual, anotações relacionadas aos atos

atentatórios à cidadania como aliciamento, mendicância, crianças em lugares e horários indevidos. Assim, há uma dificuldade em dar visibilidade a uma prática em que, num contexto de toda ordem de carências, há uma atitude ativa por parte da menor para fazer o programa, pois ela recebe compensações para realizar o ato, diferentemente do abuso ou do estupro, por exemplo.

Frente às dificuldades documentais enfrentadas no trabalho exploratório e, em contrapartida, provocados pela evidência do fenômeno presenciado cotidianamente nos espaços de pobreza, optamos por incluir os depoimentos de assistentes sociais que realizavam as sindicâncias para instrumentar os processos. Mesmo que a denúncia não tivesse o teor da exploração sexual comercial, em alguns casos estes profissionais detectavam sua existência e o registravam no processo de forma paralela. Com base nestas pistas recorreremos aos arquivos do PEMSE (Programa de Execução de Medidas Sócio Educativa em Meio Aberto de Ponta Grossa), os quais abriram novas alternativas de pesquisa já que estávamos convencidos de que a falta de visibilidade do fenômeno no Estado não correspondia à realidade do campo que explorávamos.

Assim, foram levantados os processos oriundos do resgate da memória das assistentes sociais do Conselho Tutelar Oeste, da Vara da Infância e da Juventude, do Programa PEMSE e das Instituições de Abrigo Casa Santa Luiza de Marillac e Associação de Promoção à Menina (APAM). De posse dos casos rememorados foi realizado então o levantamento e a análise dos processos gerados. Foram vinte e nove processos analisados, dos quais quinze provenientes de indicações do Conselho, nove oriundos do PEMSE e cinco processos de meninas institucionalizadas em abrigos. Com exceção a esses últimos, os demais vinte e quatro haviam sido apontados por Conselheiros Tutelares ou pela Assistência Social do PEMSE como casos em que havia suspeita de exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina.

Mesmo assim, para nossa surpresa, em apenas 16,6% dos processos analisados a exploração sexual aparece como primeira notificação. Nos 83,4% restantes a exploração é escamoteada dos processos num primeiro momento. Ao explorarmos os processos da Vara da Infância e da Juventude observamos que, nos relatórios de visitas das assistentes sociais e nos depoimentos das pessoas envolvidas, a exploração sexual comercial se evidenciava. Entretanto, vinculada e camuflada em outras situações como a ausência prolongada de casa, atos violentos, desobediências às regras familiares, furtos, uso de drogas.

Durante nossas explorações evidenciamos que a ação do Estado tem sido resignificada pelas meninas menores envolvidas nas práticas sexuais comerciais, as quais desenvolvem táticas desconstrucionistas do discurso social hegemônico. O forte tensionamento entre o discurso de Estado sobre a infância e a adolescência, baseado em condições de vida pequeno-burguesas, e as práticas cotidianas da periferia se revela no insucesso da coibição do fenômeno estudado e na instituição de novas e complexas espacialidades promovidas pelas meninas a fim de manter sua versão da realidade. As

restrições às práticas comerciais sexuais em que as meninas se encontram têm sido concebidas por uma pretensa universalidade de direitos dos sujeitos menores de idade, confundida com a homogeneidade de concepções e práticas relativas às características dos grupos sociais envolvidos no processo de exploração.

A realidade sócio-espacial da periferia impõe os fundamentos da vivência da infância e a construção de uma versão específica de sua experiência. Várias condutas consideradas ilegais a partir do marco estatal são naturalizadas pela sua existência cotidiana. É comum na periferia o trabalho infantil complementar à renda do adulto, o trabalho doméstico, o cuidado dos irmãos menores, o acompanhamento das figuras femininas de referência identitária, como mães, tias, avós no exercício da prestação do serviço sexual. As experiências diárias são por elas naturalizadas e, em geral, contraditórias com o marco legal que as enquadra fora do padrão de infância concebido pela sociedade. São meninas que a sociedade torna mulheres, negando-lhes o direito de serem crianças. A vivência nos espaços de periferia impõe aos corpos infantis o desempenho de tarefas adultas e isso modifica radicalmente a temporalidade das etapas de suas vidas. As meninas que fizeram parte desta pesquisa possuem diferentes idades. 69% tinham entre 11-15 anos de idade no início dos processos. 17% encontravam-se com 05-10 anos e 14% delas estavam com 16-17 anos.

Nos processos analisados a manifestação da exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina se dá nas ruas e nas estradas em 62% e em apenas 15% dos processos estão relacionadas às boates. Em 8% dos processos as meninas dormem em casas de terceiros e em 7% elas promovem deslocamentos em direção ao centro da cidade. Embora, as blitz cubram a área das boates e rodovias (BR), a maioria das manifestações ocorre em um constante rearranjo entre as ruas de proximidades da Rodovia, ruas próximas às suas casas, na própria rodovia e também utilizam os chamados telefônicos. Em outras ocorrências há referências às meninas circulando pelas ruas durante o dia, quando são abordadas por homens adultos e deslocam-se para motéis ou estacionamentos de supermercados a fim de realizar o programa. O agenciamento pode também ocorrer por um chamado telefônico realizado por um 'atravessador' que recebe pelos agendamentos de clientes.

As táticas desenvolvidas pelas meninas menores desafiam a ordem do discurso hegemônico. Na versão das meninas, elas necessitam garantir a sobrevivência, e na versão dos agentes de Estado se faz necessário cumprir a lei. Esta tensão se dá constantemente já que o Estado, ao reprimir a ação das meninas, não lhes dá alternativas. As estratégias de combate à atividade por parte do Estado, no máximo, constataam a presença de menores em locais indevidos, mas não conseguem flagrar a exploração sexual.

A imaterialidade do processo e a fluidez das relações espaciais desenvolvidas pelas meninas e a rede de exploração sexual comercial na qual estão inseridas driblam com sucesso as ações de blitz desenvolvidas pelo Estado. As táticas triunfam sobre a

lógica do Estado que ainda insiste em agir baseado no modelo da prostituição adulta, envolvendo pontos fixos e o período noturno.

A influência da família, dos contextos, das ações infere no corpo. O corpo não é um dado pronto, mas resultante de negociações espaciais e históricas. Foucault (1988) argumenta que as regras de conduta moral-sexual fluem segundo idade, sexo, entre outros, mas que as obrigações e interdições não são dispostas a todos da mesma maneira. O espaço geográfico enquanto uma instância social, relacional e processual passa a compor as estruturas de amadurecimento e interiorização da atividade pelas próprias meninas, bem como é um elemento das táticas dos envolvidos na exploração.

A desejada exequibilidade dos direitos universais das crianças e adolescentes a partir do ECA só é possível quando se contemplar a diversidade espaço-temporal da vivência da infância. Pode-se afirmar que a espacialidade do fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina é de alta complexidade e não apresenta um padrão homogêneo. Pelo contrário, sua sobrevivência só é possível pelas múltiplas configurações espaciais nas quais se viabilizam as práticas dos sujeitos envolvidos e, inclusive, da posição do papel repressor do Estado. Ou seja, enquanto as versões desse fenômeno não produzirem um diálogo, Estado e meninas prostituídas trilharão caminhos diversos e, infelizmente, a versão da realidade produzida por estas crianças continuará invisível e silenciada na realidade urbana.

### **Do espaço interdito ao território da prostituição travesti**

Outra importante contribuição da reflexão do grupo em torno da posicionalidade do pesquisador em relação ao sujeito investigado e suas experiências espaciais foi o rearranjo do conceito de território na exploração do grupo de travestis. O grupo focal é composto de treze pessoas que se auto-identificaram como sendo 'uma travesti', utilizando a expressão no feminino. Embora a língua portuguesa classifique a palavra relativa ao sujeito masculino, preservaremos a linguagem utilizada pelo grupo.

Duas pesquisas desenvolvidas de forma concomitante eram constantemente confrontadas. Enquanto uma delas evidenciava os espaços interditos às travestis e, portanto, sua invisibilidade, a outra enfocava a única possibilidade socialmente permitida de sobrevivência dessas pessoas, ou seja, os espaços de prostituição. A mesma sociedade heteronormativa que exclui as travestis dos espaços de convivência social e promoção da cidadania durante o dia, possibilita a criação dos territórios da comercialização de práticas sexuais durante a noite. O poder normativo, tal qual proposto por Foucault (1984), não produz a simples contraposição entre dominados e dominantes, mas complexidades existenciais e, portanto, espaciais.

Conforme argumentos de Peres (2005), as travestis carregam consigo duas performances corporais na atividade de prostituição, dependendo das preferências do cliente e assim, rompem com as categorias clássicas de masculino e feminino e não se

enquadram em um dos lados das bipolaridades.

Tal qual os geógrafos Jon Binnie e Gill Valentine (1999), compreendemos que o ser travesti se constitui no estar no mundo e isso é essencialmente espacial, pois viver implica ações, práticas, relações que se realizam numa dimensão concreta. Contudo, o estar no mundo significa relacionar-se com outros grupos, fundamentalmente diferentes do ser travesti e, nesse sentido, o poder coloca-se como ponto essencial em nossas pesquisas. Desse ponto de vista, o caminho conceitual seguro para compreender a vivência do grupo de travestis que investigávamos nos levou a adotar o território como ferramenta conceitual.

Vários geógrafos têm aprofundado as discussões sobre a potencialidade do território na compreensão da realidade sócio-espacial como Souza (1995), Silva (2000), Haersbaert (2004) e outros. A associação entre território e prostituição também é um caminho seguido por diversos pesquisadores como Mattos e Ribeiro (1996), Ribeiro (1997), Villalobos (1999), Campos (2000) e Silva (2002). Enfim, sem querer nos aprofundar nas diferenças entre as proposições desses autores, ressaltamos que nossa inspiração em relação às suas obras esteve centrada na importância das relações de poder e na apropriação dos espaços a fim de torná-los territórios, sejam eles econômicos, políticos ou culturais e na maleabilidade das variações de limites fronteiros e temporais. Assim, para analisar a experiência espacial das travestis, adotamos a perspectiva de que os sujeitos, ao desenvolverem práticas de apropriação de determinados espaços do urbano por um período de tempo, impõem condutas consensuadas no grupo e, desta forma, instituem seus territórios frente aos outros grupos, corroborando assim o referencial teórico analisado.

Como já explicitado anteriormente, as pesquisas desenvolvidas pelo grupo são constantemente confrontadas, assim como os dados obtidos do campo. É importante lembrar que dois pesquisadores trabalharam com o mesmo grupo focal, entrevistaram as mesmas pessoas com perguntas que se sobrepunham e obtiveram elementos diferentes na exploração do saber desses sujeitos. Isso porque o resultado obtido é fruto de um momento único, jamais reproduzível e o sujeito investigado reage ao pesquisador.

Enquanto uma das pesquisas obtinha quase por unanimidade a frase “as travestis não tem espaço para viver na cidade”, a outra pesquisa em andamento nos levava a crer que havia sim um espaço das travestis que lhes é significativo, capaz de dar sentido à sua existência, já que a frase “se aprende a ser travesti na rua” tornou-se paradigmática.

O saber sobre o espaço urbano produzido pelas travestis foi confrontado com nosso saber oriundo da ciência geográfica. Nós, enquanto pesquisadores posicionados fora do grupo focal, concebíamos o território numa diferenciação entre o grupo de travestis na atividade de prostituição e os outros que não compartilhavam dos mesmos valores e atividades. Esta posição simplista da manifestação de limites de fronteiras entre grupos e da expressão material do fenômeno da prostituição foi derrubada pelo saber das travestis. Uma expressão comum do grupo é “os mesmos homens que fecham as portas durante o dia são os que abrem as pernas à noite”, o que nos colocava um questionamento sobre a

constituição das categorias opostas outsider e insider.

A relação com o grupo nos possibilitou a compreensão de que é justamente a força da interdição sócio-espacial que possibilita o fortalecimento de seu território, já que este é o único espaço que lhes possibilita reconhecimento social, independentemente de sua valoração moral. Nesse sentido, exclusão e apropriação espacial não se anulam em campos oposicionais, pelo contrário, entrelaçam-se e potencializam-se numa espiral constante e complementar, constituindo um território que é multidimensional.

Outro questionamento provocado pelo saber travesti às nossas bases conceituais se relacionava ao poder. Inicialmente, nós concebíamos o poder atrelado às práticas do grupo para a manutenção do território frente a outros grupos no sentido insider X outsider. Entretanto, o território da prostituição travesti existe na medida em que ele contempla a relação da comercialização dos serviços sexuais que se dá entre a travesti e seu cliente. Isso implica uma prática que envolve centro e margem de uma configuração de poder que se apropria do espaço e o torna território.

A travesti no território da prostituição representa o centro do poder porque através de suas performances corporais desperta o desejo do cliente representado aqui como margem da configuração do poder, já que ele a procura para viver o prazer interdito pela sociedade heteronormativa. Este cliente faz parte da sociedade que as exclui, mas simultaneamente, compõem o território da prostituição travesti numa situação de subordinação. Além de temer ser identificado vivendo uma sexualidade disparatada, o cliente deve contratar o preço e os serviços que envolvem o programa, embora possua vantagens monetárias. Todavia, depois do contrato firmado, ocorre o deslocamento dos corpos para locais privados onde as travestis deixam a centralidade da configuração de poder e, muitas vezes, tornam-se vítimas da violência de seus clientes. Assim, o deslocamento da mesma configuração para outros espaços reposiciona os sujeitos e, portanto, o espaço segregado a que estão submetidas é, contraditoriamente, um elemento ativo na composição do poder da travesti.

Após esta mediação da experiência travesti, passamos a conceber o território composto de um poder multidirecional, intercambiado entre os sujeitos que compõem a configuração que dá sentido à apropriação espacial. Portanto, argumentamos que território se institui de plurilocalizações dos sujeitos que não são fixos em suas posições de centro e margem, mas constantemente tensionados.

Depois de um tempo de convivência com o grupo nos foi possível perceber que o território da prostituição travesti, além de lhes garantir a sobrevivência econômica, era um importante elemento fundante de sua identidade. As entrevistas realizadas evidenciam que as ruas em que se desenvolvem as atividades de prostituição em 86% das evocações a seu respeito são importantes para sua existência. Deste percentual de evocações relacionadas ao território da prostituição, 19% delas relacionam-se com o local possível de construção de amizades e redes de solidariedade. Os outros 81% se relacionam com a possibilidade de constituição do ser travesti que envolve tanto a adequação de

comportamentos aos códigos do grupo quanto a transformação do corpo.

É no local de prostituição que se apreendem e se ensaiam as performances de comportamentos, significados lingüísticos, sinais corporais que permitem as provocações, assédios, disputas e rivalidades. Os elementos comuns são a esperteza, a força e a malícia, elementos sempre lembrados e considerados necessários na composição do ser travesti. No processo de aprendizagem é comum a figura da ‘madrinha’ que, geralmente, é uma travesti experiente e de valor moral reconhecido segundo os códigos identitários do grupo. A ‘madrinha’ possibilita um aprendizado mais rápido do ser travesti, além de avalizar seu ingresso no território repleto de conflitos de toda ordem. Afinal, a vivência cotidiana dessas pessoas é marcada por situações de insegurança, ameaças de morte, assaltos, brigas, rivalidades, violência, drogas, doenças e discriminação. É em função destas adversidades sofridas na rua que elas se tornam mais decididas, mais firmes, mais fortes, mais ‘espertas’, criando uma couraça espessa para suportar o sofrimento e a intolerância social.

A relação entre o território e as transformações gradativas do corpo para atingir o objetivo do corpo travesti também é comum em suas expressões. É no território que elas observam, apreendem práticas e técnicas corporais, criam maneiras de se vestir, se maquiar, enfim, incorporam os elementos identitários do universo feminino ao corpo biologicamente masculino e realizam a transgressão da norma heterossexual. Estas performances são ações de comunicação próprias do território da prostituição travesti que constituem simultaneamente um espaço de laços afetivos, sociabilidade e identidade.

Enfim, foi a partir da frase paradigmática do grupo, “é através do território que as travestis se tornam travestis”, oriunda da compreensão da experiência espacial do grupo focal, que re-articulamos nossas bases conceituais e pudemos afirmar que o território é elemento ativo na constituição da identidade grupal travesti. Assim, território e sujeito constituem uma relação de interdependência. Mais uma vez o saber das travestis nos levou a ultrapassar a concepção de que o território é ‘resultado’ da dinâmica de relações dos sujeitos e, sendo assim, considerado um elemento passivo. Pelo contrário, afirmamos que o território institui a identidade do sujeito travesti assim como é por ela instituído.

### **Considerações Finais**

Este trabalho explorou os desafios de análise geográfica que o Grupo de Estudos Territoriais vem desenvolvendo em parceria com a ONG Renascer. A análise crítica dos limites teórico-metodológicos e a reflexão em torno da posicionalidade do pesquisador no problema evidenciado em cada uma das pesquisas têm sido um processo que produz a visibilidade de grupos sociais, geralmente escamoteados da análise geográfica, e constrói um conhecimento do qual estes sujeitos são co-participantes. As meninas foco de nossa investigação vivenciam um espaço paradoxal. São sujeitas de direitos, mas invisíveis aos olhos do Estado. Querem manter-se invisíveis, mas, com isso, expandem as possibilidades

de perpetuação de uma condição perversa de exploração que cabe também à geografia urbana estudar e tornar o fenômeno inteligível. O grupo de travestis que desenvolve atividades de prostituição refutou nossas teorias prévias, desafiou nossas bases explicativas e articulou seu conhecimento ao nosso. Enfim, compartilhar nossos desafios e limites tem sido uma excelente maneira de socializar nossa trajetória a fim de produzir novos debates.

### Referências Bibliográficas

- BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1998. p.84-91.
- BINNIE, Jon and VALENTINE, Gil. Geographies of sexuality- a review of progress. In: **Progress in Human Geography**. London, v. 23, n.2, p. 175-187. 1999.
- CAMPOS, Heleniza Ávila. Permanência e Mudança no Quadro de Requalificação Espacial de Cidades Brasileiras: O Caso das Territorialidades do Sexo na Área Central do Recife. In: **Revista Território**. Rio de Janeiro, Ano V, n. 09, p.09-24 Jul/Dez 2000.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny (org). **Introdução a Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.167-186.
- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato. e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p.92-122.
- DUNCAN, James Stuart. **The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- HAERSBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MATTOS, Rogério B. de; RIBEIRO, Miguel Angelo C. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. **Revista Território**. Rio de Janeiro, v. 01, n. 1, p.59-76. Jul/ Dez, 1996.
- PERES, Willian Siqueira. **Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, UERJ, Rio de Janeiro, 2005.
- RIBEIRO, Miguel Angelo. Prostituição de Rua e Turismo em Copacabana – A Avenida Atlântica e a Procura de Prazer. **Revista Território**, Rio de Janeiro. Ano II, n. 03., p.87-99 Jul/Dez 1997.
- SILVA, Jan Carlos da. O Conceito de Território na Geografia e a Territorialidade da Prostituição. In: RIBEIRO, Miguel Angelo. **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. São João de Meriti, RJ: Editora Ecomuseu Fluminense, 2002. p.16-56.
- SILVA, Joseli Maria Silva. Culturas e Territorialidades Urbanas. In: **Revista de História Regional**, Ponta Grossa - PR, v. 05, n. 02, p.09-37. Inverno, 2000.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p.77-115.
- ROSE, Gillian. **Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993.
- ROSE, Gillian. Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. In: **Progress in Human Geography**, London, v.21, p.305-320, 1997.
- Villalobos, Jorge U. Guerra. Geografia e Sexo: Os Discursos e Práticas no Território Brasileiro. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, n. 45 (53). 1º de Agosto de 1999. ISSN 1138-9788

Recebido para publicação dia 10 de Novembro de 2007

Aceito para publicação dia 11 de Fevereiro de 2008